

SOLANO DE CAMARGO

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito Francês pela Université Lyon 3 (França). Pós-Doutorando em Direito Internacional pela Faculdade de Direito de Coimbra (Portugal). Doutor e Mestre em Direito Internacional pela USP. Doutorado na modalidade "sanduíche" pela Faculdade de Direito do Porto (Portugal). Professor de Pós-Graduação em Direito na Universidade Anhembi Morumbi.

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL E JURISDIÇÕES ANÔMALAS

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2019
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

SOLANO DE CAMARGO

Homologação de Sentenças Estrangeiras:

Ordem Pública Processual e Jurisdições Anômalas

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 978-85-7674-426-9

1. Direito Internacional. 2. Direito Processual Internacional. 3. Homologação de Sentenças Estrangeiras. I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Apresentação	13
Prefácio.....	17

Introdução, 21

Parte 1

Considerações Preliminares, 31

Capítulo 1 – Circulação de Sentenças no Mundo Globalizado.....	33
1.1. Governança global.....	36
1.2. Soberania e direito internacional privado	39
1.3. Fundamentos para homologação da sentença estrangeira.....	44
1.4. Jurisdição: das raízes romanas à atualidade.....	48
1.4.1. Terminologia	50
1.4.2. Jurisdição internacional	52
Capítulo 2 – Aspectos Gerais da Homologação de Sentenças Estrangeiras.....	53
2.1. Introdução.....	53
2.2. Breve histórico.....	54
2.3. Evolução do tema no direito brasileiro	56
2.4. Sistema atual de homologação de sentenças estrangeiras no Brasil	61

Parte 2

Hipóteses que Definem o Problema, 65

Capítulo 3 – Jurisdições Anômalas.....	67
3.1. As anomalias	68
3.2. O paradigma da igualdade dos Estados.....	69
3.3. O paradigma do monopólio jurisdicional	75
3.3.1. Ordem jurídica confessional.....	89
3.3.2. <i>Lex sportiva</i>	94
3.3.3. <i>Lex mercatoria</i> e arbitragem internacional.....	98
3.3.4. <i>Online dispute resolutions</i> (ODRs).....	109
Capítulo 4 – O Paradigma da Equivalência das Jurisdições.....	115
4.1. As jurisdições exorbitantes	118
4.1.1. Nacionalidade.....	122
4.1.2. Existência de bens do demandado no foro	126
4.1.3. Negócios do demandado no foro (<i>doing-business jurisdiction</i>).....	128
4.1.4. Jurisdição de passagem (<i>transient jurisdiction</i>)	129
4.1.5. Jurisdição expropriatória (<i>attachment jurisdiction</i>).....	130

4.2. Estados falidos ou incapazes.....	131
4.2.1. Conceito.....	134
4.2.2. Estados falidos e o direito internacional.....	137
4.3. “Fatal de vontade” do Estado de prover justiça	140

Parte 3

Enfrentando as Anomalias, 145

Capítulo 5 – Reação às Jurisdições Anômalas	147
5.1. Nos Estados Unidos da América.....	147
5.2. Na União Europeia.....	155
5.2.1. Caso Aranyosi e Căldăraru.....	165
5.2.2. Caso Celmer.....	168
5.2.3. Caso da remuneração dos juizes portugueses	171
5.2.4. Caso T. J. O’Connor	174
Capítulo 6 – Ordem Pública Internacional Processual	175
6.1. Noções gerais sobre a ordem pública	177
6.2. Ordem pública internacional e processo	186
6.3. Ordem pública processual e direitos humanos.....	193
6.4. Ordem pública processual e a prelibação da sentença estrangeira.....	199
6.5. Pressupostos processuais de existência e de validade da sentença estrangeira.....	200
6.5.1. Primeiro pressuposto processual específico: defeito ou ausência da jurisdição	203
6.5.2. Segundo pressuposto processual específico: violação do <i>due process of law</i>	208
6.5.3. Terceiro pressuposto processual específico: jurisdição exorbitante	212
6.5.4. Ônus da prova da ofensa à ordem pública processual	219
6.5.5. Dilação probatória.....	221
6.5.6. Efeitos da sentença estrangeira prolatada em jurisdição anômala.....	225
6.5.7. Conflito entre coisas julgadas	226
6.5.8. <i>Forum necessitatis</i>	230
Conclusão	235
Referências	239